

A ARTICULAÇÃO DAS OPOSIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL 1924 — 1928.

*Luiza Helena Schmitz Kliemann **

1 — INTRODUÇÃO

A presente comunicação é síntese da primeira parte de um projeto de pesquisa histórica que tem por objetivo o exame da política partidária gaúcha em seu relacionamento com a revolução de 1930.

A República Velha, evidenciou um sistema onde a prática política estava desligada das necessidades e anseios da maioria do «grupo difuso» (1); o sistema oligárquico.

No RS com o advento do regime republicano houve a cisão do grupo oligárquico e, a partir de então uma fração instalou-se no poder enquanto a outra foi relegada a fazer parte da maioria dos «homens comuns». Esta, pela força econômica que dispunha (dominava a pecuária) tentou durante quase toda a República Velha retomar seu lugar na política o que, no entanto, só foi possível a partir de 1923 pelo golpe no autoritarismo da fração dominante, provocado pelo Pacto de Pedras Altas.

A primeira parte do projeto inicia justamente a partir deste momento quando buscamos a verificação de todos os avanços e retrocessos da arregimentação oposicionista gaúcha até a formação de um partido capaz de, em igualdade de condições, pleitear novamente o poder a nível estadual e voltar a fazer parte do grupo de mando.

A segunda parte do projeto, ainda em elaboração, refere-se a participação deste partido numa «frente» que irá pleitear o poder a nível federal não só pela prática legal como revolucionária, aumentando assim, sua participação no novo grupo dominante que surge.

2 — A MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL DE 1889 a 1923: UMA SÍNTESE.

O movimento republicano no RS encontrou suas bases no Partido Republicano Riograndense (PRR) fundado em 1882, incontestemente divulgador da doutrina positivista, ideologia que deu força e coesão ao movimento tanto no plano estadual como federal.

Já a partir de 1884 o PRR começou a progredir frente ao forte Partido Liberal chefiado por Silveira Martins. Este progresso deu-se principalmente devido a verdadeira frente de luta pela república que iniciaram os líderes jovens

como Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado (2).

Estas lideranças, que com excessão de Assis Brasil, continuaram no PRR foram responsáveis pela adaptação da doutrina positivista a realidade riograndense e pela configuração da mesma na forma constitucional.

A Constituição de 14 de julho de 1891 assegurou aos castilhistas e mais tarde aos borgistas a liderança política do Estado, permitindo ao PRR manter-se no poder apesar das contestações oposicionistas e aos momentos de crise dos primeiros anos.

A linha mestra da ação política, baseou-se no federalismo e, «centralização-desmembramento, descentralização unidade» foi a bandeira adotada pelo partido, o que ao mesmo tempo que serviu de estímulo foi também entrave tanto ao desenvolvimento político como econômico do Estado. Este federalismo cristalizado constitucionalmente foi responsável de certa forma pela distribuição desigual da riqueza e do poder nas diversas regiões do Brasil. Acreditamos que como fator político-administrativo associou-se a «concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciando o aparecimento de uma estrutura regional de classes fazendo com que as oposições de área geográfica para área geográfica, no interior da classe dominante ganhassem maior importância do que as divisões setoriais (burguesia, agrária — comercial industrial)» (3).

Esta verdadeira concorrência pelo poder entre uma e outra região fez com que, também pela necessidade de alçar-se ao nível federal, houvessem cisões internas nos grupos dominantes de cada uma delas. Observa-se então que o mesmo objetivo que serviu para coalização em relação ao centro do país no decorrer da República Velha, foi fator de desmembramento político a nível regional.

No RS pelo menos, isto já começou a ocorrer nos primeiros anos da república com as dissidências dentro do PRR e a articulação federalista em prol de uma revisão constitucional e de um sistema de governo parlamentar que atendessem mais as necessidades das regiões agropecuárias do Estado.

Principalmente após a Revolução Federalista de 1893, o PRR alijou «do governo a fração da classe dominante derrotada concentrando todos os poderes num mesmo chefe, as maiores desavenças foram de ordem política. Não havendo rodízio do controle do aparelho estatal, em torno de um regime ditatorial ou liberalizante concentraram-se as lutas políticas, inclusive dentro do PRR levando muitos elementos para a oposição» (4).

A sucessão de tentativas de formação partidária estendeu-se por toda a República Velha e o PRR lutou para não perder sua hegemonia.

Em 1907, quando Fernando Abbott, dissidente histórico, resolveu candidatar-se à presidência do Estado, como «candidato do povo» ou seja, sem vinculação partidária, o Bloco Acadêmico Castilhista foi responsável pela reativação do PRR. Segundo João Neves da Fontoura, «quem se der a pena de reler as assinaturas do documento escrito com as metáforas próprias da juventude, nele encontrará nomes que depois figuraram nos mais altos postos da vida do Brasil» entre eles, Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Goes Monteiro (5).

A campanha foi acirrada vencendo os republicanos que não só derrotaram as oposições coligadas nas urnas, como também combateram o partido Democrático do RS, fundado por Assis Brasil e Fernando Abbott (6).

Apesar da derrota, no entanto, o reaparecimento de Assis Brasil no cenário político assinalou o início de uma participação oposicionista que, trabalhando com idéias democrático-liberais, soube esperar o momento oportuno para fazer frente ao PRR.

Assim sendo a ascensão da oposição devido a vários fatores de ordem política e econômica só ocorreu em 1923.

É preciso ressaltar que, apesar de toda a capacidade teórica que Assis Brasil havia demonstrado ao combater ideologicamente o PRR no início da República Velha (7), o dogmatismo da facção federalista muitas vezes não permitiu a evolução rumo ao poder. As dúvidas de teor político criavam inseguranças entre as oposições que necessitaram amoldar-se para progredir em direção aos seus objetivos.

A morte de Silveira Martins em 1901, o fechamento de «A Reforma» em 1910 contribuíram para, em atenuado o ardor federalista, permitir que na chamada conjuntura de 1921-23, os assististas obtivessem coesão razoável para tentar concorrer com republicanos nas eleições do período.

Basicamente, neste momento o país vivia uma grande crise econômica e política. Desde 1915 que, uma fração do aparelho do Estado, o exército, vinha propondo uma nova estruturação do poder. A corrente positivista da Escola da Praia Vermelha havia sido substituída pela profissionalidade-militarista, da base francesa, do Realengo. A idéia de que o militar deveria ser apenas um profissional e que a função do exército seria a de primeiro manter a fidelidade as instituições e depois ao poder (8) permite que o paradoxo, soldado profissional igual a soldado revolucionário se explique.

Em 1922 os debates ultrapassaram os muros das escolas militares e quartéis, ganharam a rua, no Rio de Janeiro, em forma de luta armada.

A revolta militar contra Epitácio Pessoa (9) engrossava as fileiras dos descontentes, da classe média, dos operários e das oligarquias periféricas, todos, por diversos caminhos lutando por um mesmo objetivo, a distribuição mais equitativa do poder e da riqueza.

Quanto a esta última, havia sido privilégio até então das oligarquias cafeicultoras que, responsáveis pelo alto índice de exportação tiveram sempre o apoio governamental e o protecionismo financeiro a seu favor. Leis protecionistas, bancos emissores, empréstimos externos sucederam-se até a recessão do pós-guerra tornar impossível a manutenção desta política.

A crise econômica na qual passou a se debater o país fez-se sentir em todos os setores, inclusive nas oligarquias periféricas.

Em se tratando do RS mais especificamente, as dificuldades tiveram suas raízes na concorrência feita por S. Paulo no mercado interno, nas dívidas contraídas pelo Estado para encampação de porto e ferrovia na euforia do pós guerra, a na crise da pecuária.

Justamente na crise da pecuária situou-se o problema político, pois a oposição reivindicava soluções para estas sucessivas dificuldades e não aceitava a posição do governo gaúcho de apoiar uma economia diversificada. A participação da oposição no pleito de 1922 assentou-se sobre este descontentamento e, quando as urnas deram a vitória ao PRR, 1923 tornou-se inevitável.

A pacificação de Pedras Altas abriu definitivamente o caminho das oposições liberais riograndenses a medida em que interrompeu o continuismo borgista no poder e que, pela intervenção federal no acordo, feriu-se de morte o federalismo castilhistas.

3 — DA ALIANÇA LIBERTADORA A FORMAÇÃO DO PARTIDO LIBERTADORA: 1924-1928

Depois de Pedras Altas, a oposição tomou rumo diferente em sua organização.

O movimento revolucionário e, o próprio pacto, haviam demonstrado a federalistas, dissidentes históricos e assististas, as reais possibilidades de uma coligação mais profunda necessária para manter aberto o caminho em direção ao poder.

A anistia viera a 3 de janeiro de 1924 e os jornais ainda noticiavam desavenças entre tropas provisórias e revolucionárias, mas, as eleições para deputado federal transferidas para maio apressaram o Congresso da oposição. A 13 de janeiro reuniu-se a mesma no Coliseu Central em São Gabriel e o resultado foi a criação oficial da Aliança Libertadora (10).

O programa da Aliança além de defender os «princípios da liberdade política através do sistema representativo» e combater o borgismo propunha-se a fundar «juntas libertadoras» transformando assim os núcleos políticos de oposição já existentes em «filiais da Aliança» (11). A chefia da coligação caberia a uma comissão que ali permaneceria enquanto fosse útil ao bloco. Decidia também o programa a duração do compromisso firmado propondo no seu artigo 2º «A Aliança Libertadora manter-se-à pelo menos até depois do reconhecimento dos representantes da Nação a serem eleitos em maio próximo, podendo então daí em diante optar por uma combinação partidária definitiva quando oportuno» (12).

A liderança de Assis Brasil logo despontou na condução da campanha eleitoral, e o próprio programa da Aliança Libertadora mostrou a preocupação em contestar a máquina administrativa do governo Borges de Medeiros e gradativamente, por pequenas vitórias ir tornando a oposição mais homogênea e forte.

Em discurso proferido após o Congresso, Assis Brasil deixou bem clara sua posição

«Se o resultado for desfavorável não obstante enorme maioria — porque verdade indiscutível é que o Rio Grande repele a ditadura — é porque a oposição não está bastante colimada moralmente ou porque ela será grosseiramente tolhida no seu caminho. Mas duma ou doutra forma a liberdade será apenas adiada, seu ideal não a desampará» (13).

O próprio grupo federalista estava consciente das dificuldades das próximas eleições. Maciel Júnior não escondeu sua opinião ao ser entrevistado pela Folha da Noite de São Paulo:

«É cedo para palpites. Temos dois meses ainda de alistamento. Depois não poderá ser obra fácil derrotar de chôfre, uma situação despótica que se enraizou em trinta anos de mando discricionário e patriarcal. Ainda assim e, na pior das hipóteses acredito que no mínimo faremos seis deputados ou seja uma bancada maior que nove das atuais bancadas da Câmara» (14).

Enquanto a oposição se arregimentava, o governo do Estado iniciava as tratativas para cumprir o firmado na Ata da Pacificação de 1923; a paz e a reforma constitucional.

Quanto a primeira se fazia difícil de uma hora para outra aplacar os res-

sentimentos de ambas as partes. Relativamente a segunda, foram consultados os conselhos municipais sobre o projeto elaborado e, todos de acordo, no dia 6 de fevereiro «foi promulgada a reforma parcial da Constituição do Estado elaborada por Borges de Medeiros, segundo o Pacto de Pedras Altas».

A partir de então o presidente do Estado não poderia ser reeleito para o período imediato, e teria um mandato de cinco anos. Quanto as intendências municipais, seriam eleitas por voto direto dos cidadãos de quatro em quatro anos (15).

Estava oficialmente aberta a passagem para a oposição, o sucesso agora dependeria do seu poder de aglutinação e, das eleições e do apoio que deveriam ir buscar nas bases. Oposição e situação ou seja, republicanos e aliancistas mediram forças no pleito de 3 de maio.

A Aliança Libertadora concorreu com Assis Brasil para senador e com três chapas, uma para cada distrito para deputado federal, num total de oito nomes.

A apuração revelou a vitória do candidato republicano Vespúcio de Abreu para o senado e constatou a entrada de sete libertadores e onze republicanos como deputados federais.

O resultado foi surpresa para ambos os partidos. Os republicanos esperavam vencer ultrapassando os cem mil votos e só fizeram 79296; os libertadores imaginavam «tirar a teima» que o pacto não permitira e fizeram somente 46583 votos.

A eleições haviam transcorrido tranquilamente e o resultado indicou a mudança dos tempos. Na época, o republicano João Neves concordava que, «um partido aguerrido empenhado em abraçar o poder disputaria todas as oportunidades para derrotar ao PRR pois o tempo das unanimidades ou quase unanimidades findara» (16).

Enquanto se definia o panorama político gaúcho, a nível nacional a convulsão tornara-se inevitável.

A política econômica do governo de Artur Bernardes, que chegara ao poder sem o apoio da maioria militar e oligárquicas, não conseguiu o equilíbrio orçamentário e a estabilidade cambial. Deixando de lado o programa de Epitácio Pessoa que visava o desenvolvimento do Nordeste e a valorização do café no plano federal, entregou novamente ao Estado de S. Paulo a defesa do produto através da criação do Instituto do Café do Estado de São Paulo. Fortalecia-se mais uma vez a oligarquia cafeicultora em detrimento de outras regiões do país e de outras camadas da população.

Desta feita, as insatisfações foram abafadas por leis repressivas pelo estado de sítio e pela intervenção nos estados.

A cinco de julho mais um vez o exército levantou- desta vez no estado de S. Paulo. A negativa, por parte do governo, de anistia para os revoltosos de 22, os problemas referentes ao pagamento dos soldados, o abuso da incostitucionalidade, levaram Isidoro Dias Lopes a iniciar em S. Paulo um movimento que convulsionaria todo o país.

Segundo Ana Maria Corrêa «o movimento de 1924 pode ser entendido como movimento militar uma vez que foi promovido por militares; ato de indisciplina, pois se iniciou da insubordinação dos quartéis; ato político pois visava a tomada do poder; mas não significou a realização de um ato militarista». A autora nega o ato militarista comprovando que a ação militar tinha por objetivo a tomada do poder para reintegrá-lo na ordem constitucional, para corrigi-lo, devolvendo-o aos civis (7).

O RS será atingido por esta rebelião, pois se ela primeiramente foi motivo para disputas partidárias pelo prestígio junto a presidência da república, logo depois proporcionou o retorno às posições de 1923.

Borges de Medeiros, que em 1921 encetara a Reação Republicana, com a lição de Pedras Altas, apressou-se a manifestar sua solidariedade ao governo. No dia seguinte ao levante prometia por telegrama, o auxílio de sua brigada (18). Honório Lemes revolucionário maragato também por telegrama, no dia 8 colocou-se a disposição do presidente, num ato de agradecimento as interferências governamentais na pacificação de 23 (19). Assis Brasil, por sua vez permitiu-se ficar indiferente ao movimento. Escrevendo ao Correio do Sul de Bagé pôs nas mãos da bancada a decisão de participação da Aliança Libertadora (20). Na Camara, a 22 de julho Plínio Casado reforçava a posição da Aliança ao lado de Bernardes (21). Borges de Medeiros por seu turno enviava contingente prometido para S. Paulo (22).

Todos estes fatos, no entanto, não significaram a aceitação por parte do Rio Grande do Sul da política econômica de Bernardes, mas sim a necessidade de vantagens como as, dadas ao charque no mercado interno e o receio de uma intervenção.

O governo federal, por sua vez, segundo Batista Luzardo «tinha volúpias maquiavélicas de amante, em apoiar-se naquela despótica situação estadual, que havia sido seu maior elemento de combate na campanha presidencial» (23). O deputado libertador referia-se certamente, ao receio que Bernardes tinha das ligações de Borges com o exército, e a possibilidade que o presidente via nesta situação, de abafar o autoritarismo no RS sem ser necessária a intervenção.

Enquanto governo federal e estadual estudavam-se estrategicamente, a oposição gaúcha retrocedia em seu apoio a Bernardes.

Dois fatores principalmente levaram a este retrocesso. Como a bancada do Rio Grande não se mostrava muito coesa, e de certa maneira estava indiferente aos sucessos federais contra os revolucionários, o Gal. Setembrino de Carvalho aproveitou o fato de São Paulo ter sido liberada dos revoltosos para a 11 de agosto telegrafar a Honório Lemes que movimentava colônias provisórias em direção ao norte, agradecendo o empenho do mesmo pois seus serviços não eram mais necessários (24).

No RS ocorriam as eleições municipais e a de Porto Alegre estava marcada para 28 de setembro. A Aliança Libertadora sofria toda a sorte de repressão, enfrentando também sem muitos recursos a propaganda republicana. Contrária ao voto secreto estipulado pela revisão constitucional, a bancada republicana aconselhava a seus eleitores a receberem a cédula à «boca da urna» (25), o que era, para os libertadores, uma fraude.

Por estes motivos, os aliancistas passaram a encarar as relações Bernardes-Borges como conspiratórias e ofensivas ao pacto de 23. No momento em que os revoltosos de Isidoro, os representantes das guarnições que conspiravam com Luiz Carlos Prestes entraram em contato com Aliança Libertadora, o engajamento desta à causa revolucionária foi praticamente imediato.

Residindo por exílio voluntário, ou melhor, por receio do autoritarismo borgista em Berachy, no Uruguai, Assis Brasil foi convocado a dar a palavra final sobre a participação aliancista. Em 14 de agosto, uma reunião secreta (26) realizou-se no rancho a beira do Jaguarão e ficou acordado que a Aliança entraria sigilosamente a participar do movimento revolucionário. A missão da

mesma seria: arregimentar homens para reforçar os contingentes de Prestes (Honório Lemes seria um deles) e, na prática política, não deixar transparecer ao governo a participação libertadora. Quanto ao primeiro ponto, foi muito fácil pois Lemes revoltado com a atitude de Setembrino esperava «ordens para entrar na briga». O segundo aspecto, foi ardilosamente tramado por Batista Luzardo que até 4 de novembro negou a posição de seu partido guardando segredo sobre Berachy até mesmo a seus colegas de bancada. Por esta atitude, a Aliança pagou um preço bastante alto; a cisão do bloco aliancista.

A revolta no RS estourou somente a 29 de outubro. A adesão de parte dos deputados aliancistas da Câmara à causa revolucionária, fez com que a outra parte telegrafasse a Assis Brasil protestando pelas atitudes de seus colegas. Assinavam o telegrama, Maciel Junior e Lafayette Cruz (27). Na resposta de Assis Brasil veio o esclarecimento

«... a bancada deve romper com Bernardes porque este significa a manutenção e o apoio da ditadura contra a qual os libertadores lutaram em 1923» (28).

Da discordância com esta posição veio a ruptura. Maciel Junior via na participação da Aliança a entrada no «jogo dos militares que perdedores em S. Paulo, deram-se conta de que só poderiam leva a revolução a bom termo se houvesse participação civil, orientada por um grupo político de prestígio (29). Como Bernardes havia apoiado a Aliança em 1923, Maciel achava que os aliancistas não poderiam «trair» o governo, Lafayette Cruz por sua vez era genro de Setembrino de Carvalho o que por si só já explicava o protesto. O restante da bancada assim como Assis Brasil justificavam a atitude por achar importante aproveitar a oportunidade oferecida pelos militares para mais uma vez tentar alijar a fração oligarquica dominante no RS, do poder.

O importante, no entanto, e que cada vez que corriam divergências deste tipo, onde afloravam os princípios ideológicos de cada facção de Aliança, a coesão sofria uma solução de continuidade dificultando a marcha da coligação, conforme desejava Assis Brasil, em direção a um partido homogêneo e poderoso..

O partido republicano soube explorar muito bem esta situação. Na Câmara Federal, Lindolpho Collor, representante do PRR, agastava Luzardo com os «problemas da oposição» e na Assembléia dos Representantes do Estado, João Neves, mais uma vez inquiriu os oposicionistas a respeito das dissidências. Na sessão de nove de dezembro o deputado republicano perguntou a Gaspar Saldanha, se a facção federalista e ele próprio estavam com Assis Brasil, ao que respondeu Saldanha:

«O federalismo está consigo mesmo. É um partido autônomo, tem programa de política nacional e, no caso, a Aliança Libertadora, que não foi mais do que uma confederação de partidos formada em torno da questão da sucessão presidencial do Estado, não pode derogar o programa tradicional do partido federalista, que também é de política nacional, e, em matéria de política nacional, a substanciam a essência de nosso programa político é o parlamentarismo. E, parlamentaristas, nós enxergamos nessas sedições militares de todos os dias, nessas revoltas que se vem sucedendo desde 15 de novembro e a começar pela revolta de 15 de novembro, nós vemos aí a substância dos princípios dos nossos tradicionais adversários políticos. Eles é que estabeleceram, pela força, esta doutrina; eles é que a têm sustentando.

eles é que cristalizaram na Constituição Federal o presidencialismo, do qual, segundo grandes tratadistas, segundo Sylvio Romero e Samuel Oliveira, estas contínuas revoluções são a consequência devido à falta de elasticidade do Regimento presidencial.

Falta ao regime presidencial um elástico que existe no regime parlamentar, de molde a estabelecer uma concordância, sempre constante, entre a opinião e o governo, uniformidade de vistas que se estabelece e que se verifica pela maioria no parlamento, maioria que, por sua vez, sustenta o gabinete, que — este sim — é um verdadeiro poder legítimo» (30).

A resposta era o retrato fiel da ideologia federalista que, apesar de desgastada pelos embates partidários, continuava sendo, para a facção assistista a questão nevrálgica, que surgia nos momentos mais inoportunos. O dezembro de 1924 foi um destes momentos, pois quando a oposição mais necessitava estar coesa em face dos distúrbios revolucionários e do resultado das eleições municipais que havia sido favorável aos republicanos, os federalistas utilizavam a ocasião para reviver Silveira Martins.

O federalismo não morrera em 1923.

Além do citado, a oposição enfrentou nesta época um fato novo: a censura. Esta, foi inpetrada contra os órgãos de imprensa, não permitindo a divulgação da palavra oposicionista, nem, tampouco, da marcha dos acontecimentos. Só aparecem nos jornais daquela época as notícias referentes as vitórias das forças legalistas. Restava como solução, a palavra dos representantes na Câmara e na Assembléia ou, a impressão de panfletos e manifestos.

A situação lograva sucesso na perseguição aos revolucionários pois, como previra Bernardes, a força militar dos corpos provisórios do governo Borges era imensa. Dia a dia a mesma obrigava aos revoltosos a se embrenharem sertão brasileiro à dentro ou a exilarem-se no estrangeiro.

Quanto as forças federais, segundo Mem de Sá, «há um detalhe a assinalar na repressão à revolta de Prestes, dentro do Estado: as forças do Exército omitiram-se constantemente na luta contra as do chefe revolucionário. Seja por coleguismo de farda, por compromisso de solidariedade à causa, seja por serem simpatizantes apenas, com a revolução, a ação revolucionária, no Rio Grande, se desdobrou, incólume, sob as vistas complacentes das forças federais regulares» (31).

Na verdade, grandes combates só foram travados na região de Catanduva. Prestes não dispunha de homens e de armas para uma investida conforme queria seu companheiro Miguel Costa (32). A oposição do RS não tinha mais recursos para auxiliar a Coluna que, apesar disto, conseguiu com todo o seu carisma seguir rumo ao Norte, uma tentativa de um levante «camponês» que, frustrado, obrigou o grupo a internar-se na Bolívia em março de 1927.

O ano de 1925 entrou em plena revolução. A presidência da república nada fazia para aplacar o ódio dos oposicionistas. Pelo contrário, declarava insistentemente que perseguiria até o fim os desordeiros e que a anistia pleiteada pela oposição e a estas alturas também por uma parcela da situação (no caso o PRR) era a mais absurda das invenções (33).

Tal posicionamento tornava a acirrar o descontentamento e aumentava o desprestígio do governo que não se dava conta de estar possibilitando à oposição uma reaglutinação em torno de uma causa comum. No RS esta reaglutinação ocorre quando Maciel Junior o contestador de 24 tenta a reaproximação de Assis Brasil. Este, por sua vez, a 21 de abril emitiu um documento sobre a par-

ticipação da Aliança Libertadora na conjuntura política daquele momento.

Neste documento, o libertador mais uma vez propôs representação e justiça como solução para os problemas do Brasil, a defesa da revolução contra o autoritarismo que se utiliza da inconstitucionalidade para manter-se no poder. Dizia ele que,

«Ausência de legítima representação e ausência de justiça são os dois grandes males do Brasil, são a causa profunda da moléstia constitucional que lhe tem feito viver vida miserável, por tão longos anos, resolvendo-se afinal na febre alta da Revolução.

.....
 Contra a ausência de representação — o estabelecimento do **Voto Secreto, única forma de voto sério**; (...)

Contra a falta de justiça — atribuição da legislação processual à legislatura federal; a efetivação da independência do Poder Judiciário, baseada na prerrogativa de nomear, mediante rigoroso concurso, os juízes primários, promovê-los até os mais altos postos por antigüidade, fiscalizando a ação de todos, eliminando, por processo, os incapazes moral ou profissionalmente».

.....
 «A Reforma, pois, é inevitável; a falta política impediu-a e a impede ainda de ser realizada pelos meios legais em vigor; — ela se fará pela Revolução» (34).

A sucessão presidencial, a nível estadual e federal, a revisão constitucional eminente, o cansaço geral dos revolucionários e a falta de recursos para continuar o movimento acabaram por esvaziá-lo levando as lideranças da Aliança Libertadora a repensar o jogo político optando pela forma legal. A nosso ver, o manifesto de Assis Brasil e a articulação que o segue são indicadores disto.

O movimento revolucionário em S. Paulo teve como primeiro objetivo a derrubada de Bernardes, o do RS a de Borges de Medeiros. Ambos os governos estavam por findar, e portanto, os princípios de 24 teriam que ser reformulados. A revolução havia sido um duro golpe para a oposição gaúcha no que tange a coesão partidária. No aspecto econômico, o grupo pecuarista recebera, em parte, atendimento do governo Borges mas, a crise ainda existia. A fórmula revolucionária não lograra êxito devido ao forte aparelho repressivo.

Desde 1924, Arthur Bernardes opinava sobre a revisão constitucional e, nas entrevistas concedidas deixava entrever nas entrelinhas que a autonomia estadual seria prejudicada em favor do executivo. Assis sendo, «o resultado final das reformas de 1926 foi tornar mais fundo o fosso entre o governo e o povo, criando um regime autoritário quando o que se precisava era uma democracia de soluções econômicas» (35).

O governo republicano gaúcho através de Getúlio Vargas então deputado recebeu o apoio de São Paulo na minimização dos efeitos da revisão constitucional e, por isto apoiou nas eleições, o candidato «café com leite», Washington Luiz. Este, assumindo o poder, chamou a Getúlio Vargas para a pasta da Fazenda.

A oposição riograndense desconfiando da nova aliança decidiu não perder oportunidade de recolocar-se no cenário político.

Assis Brasil retornou ao país em 1927 e sentindo a impraticabilidade de uma formação partidária mais uniforme no RS, partiu para a criação de um partido nacional. Unindo-se a deputados opositoristas de São Paulo, do Distrito Federal e do RS, fundou a 21 de setembro o Partido Democrático Nacional.

No plano estadual, Borges de Medeiros lançou a candidatura de Getúlio Vargas para Presidente do Estado. Representante da aristocracia rural e

pertencente a uma «nova geração de políticos» (36), não teve o apoio nem a oposição por parte dos libertadores que, desta feita resolveram não concorrer as eleições.

A oposição libertadora perseguia seus objetivos: arregimentar-se para depois participar. A saída de Borges de Medeiros e a ascensão de Vargas tornaram o caminho mais fácil.

A Aliança Libertadora convocou um congresso para março de 1928. Assis Brasil, Raul Pilla, Batista Luzardo pensavam naquele momento em substituir a frágil coligação por um partido político na plena acepção da palavra.

A esperança no Congresso de Bagé não era só das lideranças. No Rio de Janeiro, Rego Lins escreveu no Correio da Manhã que, «a situação não era mais a de 22, que não seria difícil organizar o partido se os líderes não caíssem novamente nos erros da política personalista que a comissão vinha fazendo até então, imitando o borgismo no arbítrio e no imprevisto das deliberações». (37)

As razões de tal afirmativa estavam nas «deliberações secretas de 24 e na oposição tomada pelo deputado Wenceslau Escobar que às vésperas do congresso pregava a separação dos federalistas.

A tarefa dos congressistas não foi fácil pois a divergência entre o «Parlamentarismo Federalista e o Presidencialismo Assisista era o divisor de águas.» (38).

A bancada do PDN que viera para o congresso procurou auxiliar na arregimentação dos dissidentes. Em discurso, Waldemar Ferreira disse que «reconhecida e proclamada como está a falência do Congresso Nacional, que pensa e delibera pela cabeça do poder executivo e, verificadas as falhas do sorteio militar, que não preenche a sua função, eminentemente nacionalizadora, só aos partidos políticos poderá caber a nobre e alta missão de nacionalizar a pátria brasileira, operando uma política de sábia aproximação entre os estados da Federação, que são atualmente verdadeiros perigos dentro do país.» (39)

Apesar de todo o esforço, no decorrer do congresso, os federalistas ressuscitariam mais uma vez Silveira Martins e a elaboração do programa libertador foi, durante três dias, muito penosa para os assisistas, que só puderam lograr êxito graças à interferência de Raul Pilla. Federalista, parlamentarista, era no entanto pela conciliação, tendo em vista poder desta maneira penetrar mais fundo na arena política estadual.

A 6 de março, em discurso, Assis Brasil tentou também a conciliação, dizendo:

«não devemos copiar o sistema de gabinete da Inglaterra nem o presidencialismo de Norte-América. Já é tempo de provarmos que o Brasil tem capacidade bastante para criar uma constituição, isto é, forjar uma constituição original em vez de moldá-la como matéria plástica em formas estranhas ao gênio da nacionalidade.» (40)

Depois de uma noite inteira de conversações, Raul Pilla e Assis Brasil encontraram a fórmula que satisfaria a todos. O parlamentarismo ficaria em aberto no programa e os federalistas teriam o direito de continuar a propagá-lo sem ferir os princípios do Partido Libertador.

No dia seguinte, Wenceslau Escobar retrocederia em sua posição, decla-

rando aos jornais que fora contrário à união somente até o momento em que vira o programa. A cisão que se esboçara antes do Congresso parecia deixar de existir.

Assim sendo, ficou decretado que:

«A Aliança Libertadora, consciente de haver correspondido tão cabalmente quanto possível aos fins ocasionais que lhe deram origem, o que implica logicamente o termo de sua missão; mas reconhecendo e aceitando a sua responsabilidade histórica de guarda e cultora das mais puras tradições rio-grandenses de amor à liberdade; e sentindo a obrigação e conveniência de não negar a sua cooperação ao aperfeiçoamento da vida política nacional, evitando ao mesmo tempo o funesto isolamento em que habitualmente se tem desenvolvido os esforços das melhores energias do Rio Grande do Sul: constituiu-se em partido político com o nome de Partido Libertador.» (41)

A pertinácia de Assis Brasil vencera e a proposta parlamentarista de Silveira Martins, agora nas mãos de Raul Pilla, continuava em aberto.

Mestre em História do Brasil — Professora do Departamento de História e Pós-Graduação em História PUCRS.

BIBLIOGRAFIA

- (1) GRAMSCI, Antônio Maquiavel. **A Política e o Estado Moderno**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 24.
- (2) LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho**, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975, p. 31.
- (3) FAUSTO, Boris. **Pequenos Ensalos de História da República**, São Paulo, Caderno CEBRAP 10, 1972.
- (4) ANTONACCI, Maria Antonieta. **A Luta Oligárquica no Rio Grande do Sul na República Velha — O movimento das Oposições na Conjuntura de 1921-23**, São Paulo, Mimeografado, 1978, p. 21.
- (5) FONTOURA, João Neves. **Memórias, Borges de Medeiros e seu tempo**, Vol. I, Porto Alegre, Globo, 1957, p. 80.
- (6) O P. D. não pode sustentar-se porque a Revolução de 1893 ainda estava gravada na memória dos federalistas o que dificultou uma união com os dissidentes históricos como Abbott.
- (7) Ver — Assis Brasil, J.F. **Ditadura, Parlamentarismo e Democracia**, Porto Alegre, Globo, 1908.
- (8) TÁVORA, Juarez. **A Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924**, Rio de Janeiro, Ed. Mendonça Machado e Cia 1928.
- (9) Correio do Povo, Porto Alegre, Entrevista com Juarez Távora, 1973.
- (10) Correio do Povo, Porto Alegre, 13 de janeiro de 1924, p. 1.
- (11) Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1924, p. 1.
- (12) Correio do Povo, Porto Alegre, 15 de janeiro de 1924, p. 1.
- (13) ASSIS BRASIL, J.P. — Discurso — Correio do Povo, Porto Alegre, 17 de janeiro de 1924, p. 1.
- (14) JUNIOR, Francisco Maciel. Entrevista — Folha da Tarde, São Paulo, 31 de dezembro de 1924, p. 3.
- (15) Correio do Povo, Porto Alegre, 07 de fevereiro de 1924, p. 3.
- (16) FONTOURA, João Neves op. cit., p. 314.
- (17) CORRÊA, Ana Maria. **A Rebelião de 1924 em São Paulo**, São Paulo, Hucitec, 1976.
- (18) Correio do Povo, Porto Alegre, 06 de julho de 1924, p. 1.
- (19) Correio do Povo, Porto Alegre, 08 de julho de 1924, p. 1.

- (20) Correio do Povo, Bagé, 15 de julho de 1924, p. 5.
- (21) Correio do Povo, Porto Alegre, 22 de julho de 1924, p. 6.
- (22) LOVE, Joseph op. cit., pág. 225.
- (23) LUZARDO, Batista «**A Coluna Prestes através do Brasil**» in Carneiro, Glauco — «Luzardo, — o último Caudilho», vol. I, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977, p. 260.
- (24) Correio do Povo, Porto Alegre, 11 de agosto de 1924, p. 1.
- (25) Correio do Povo, Porto Alegre, 18 De setembro de 1924, p. 6.
- (26) LUZARDO, Batista, op. cit. p. 365.
- (27) FONTOURA, João Neves, op. cit., p. 328.
- (28) FONTOURA, João Neves, op. cit., p. 328.
- (29) FONTOURA, João Neves, op. cit., p. 328.
- (30) **Anais da Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul** — Sessão de 09 de dezembro de 1924, Porto Alegre, p. 109-110.
- (31) SÁ, Mem de. **A Politização do Rio Grande**, Rio de Janeiro, p. 94.
- (32) SILVA, Hélio. 1926 — **A Grande Marcha**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, p. 59.
- (33) Diário de Notícias de Porto Alegre, 15 de abril de 1925, p. 9.
- (34) ASSIS BRASIL, J.P. **Revolução no Brasil**, Montevideo, El Signo Ilustrado, 1925.
- (35) LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres, sua vida e Pensamento**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, p. 493.
- (36) LOVE, Joseph. op. cit.
- (37) Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 02 de março de 1928.
- (38) NOGUEIRA FILHO, Paulo. **O Partido Democrático e a Revolução de 1930— Ideais e Lutas de um Burguês Progressista**, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1965, p. 218.
- (39) Diário de Notícias, Porto Alegre, 13 de março de 1928, p. 10.
- (40) Diário de Notícias, Porto Alegre, 06 de março de 1928, p. 10.
- (41) OSÓRIO, Joaquim Luiz. **Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul — Período Republicano**, Porto Alegre, Ed. Globo, 1930, p. 235.